



## **LEI ORDINÁRIA Nº 2177**

*de 22 de dezembro de 2025*

**“Dispõe sobre a implementação de políticas educacionais voltadas à redução das desigualdades raciais e socioeconômicas no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Jardim/MS, e dá outras providências”.**

*JULIANO DA CUNHA MIRANDA, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

### **Art. 1º.**

*Fica estabelecida, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, a Diretriz de Enfrentamento às Desigualdades Educacionais de Natureza Racial e Socioeconômica, destinado a prevenir, enfrentar e eliminar práticas discriminatórias de natureza racial, étnica, social ou econômica, bem como promover a equidade, o respeito à diversidade e a inclusão no ambiente escolar.*

### **Art. 2º.**

*Constituem finalidades desta Lei:*

#### **I.**

*Assegurar a equidade no acesso, na permanência e no êxito da aprendizagem de todos os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino;*

## **II.**

*Promover a implementação de práticas pedagógicas permanentes que reconheçam, valorizem e respeitem a pluralidade étnico-racial, cultural e social presente no município, e em observância as Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.*

## **II.**

*estimular o protagonismo estudantil na construção de práticas antidiscriminatórias;*

## **IV.**

*identificar e enfrentar desigualdades e disparidades socioeconômicas que impactem o acesso, permanência e desempenho escolar, especialmente entre grupos historicamente marginalizados;*

## **V.**

*Mitigar as disparidades nos resultados educacionais que se originam de condições socioeconômicas, raciais, territoriais ou de gênero;*

## **VI.**

*prevenir e combater o racismo, preconceito, discriminação e violências correlatas no ambiente escolar, fortalecendo vínculos comunitários, culturais e identitários, fomentando o respeito à pluralidade étnico-racial;*

## **VII.**

*Fortalecer a participação das famílias e das comunidades escolares na construção de um ambiente inclusivo, equitativo e antirracista;*

## **VIII.**

*Incentivar o aprimoramento contínuo dos profissionais da educação, com foco na promoção da equidade e no combate a todas as formas de desigualdade.*

## **Art. 3º.**

*A execução da diretriz estabelecida por esta Lei será efetivada por meio das seguintes ações:*

## **I.**

*realização de formação continuada para professores, gestores, coordenadores e demais profissionais da educação em temas como racismo estrutural, relações étnico-raciais, equidade, vulnerabilidade social, diversidade cultural e direitos humanos;*

## **II.**

*produção, aquisição e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos que contemplem a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, e representem adequadamente a diversidade racial e social;*

## **III.**

*promoção de projetos pedagógicos, feiras culturais, oficinas, rodas de conversa, seminários, atividades artísticas e concursos escolares relacionados à valorização da diversidade e combate ao racismo;*

## **IV.**

*implementação de protocolos de atendimento e acolhimento a casos de discriminação, garantindo registro, apuração, acompanhamento e encaminhamento adequado aos órgãos competentes;*

## **V.**

*estabelecimento de parcerias com universidades, instituições de pesquisa, entidades do movimento negro, organizações sociais, conselhos municipais e comunidades tradicionais;*

## **VI.**

*incorporação de práticas pedagógicas voltadas à educação das relações étnico-raciais em todas as etapas da Rede Municipal;*

## **VII.**

*criação de campanhas permanentes de conscientização sobre igualdade racial, enfrentamento ao racismo e promoção da diversidade;*

### **VIII.**

*desenvolvimento de ações de busca ativa, acompanhamento pedagógico e inclusão social para estudantes em vulnerabilidade econômica, visando reduzir desigualdades de aprendizagem;*

### **IX.**

*articulação com programas sociais municipais, estaduais e federais para mitigar desigualdades educacionais decorrentes da pobreza, assegurando condições adequadas de permanência escolar;*

### **X.**

*monitoramento e avaliação sistemática dos indicadores de desigualdade racial e socioeconômica no ambiente escolar.*

### **Art. 4º.**

*A Secretaria Municipal da Educação será o órgão responsável pela coordenação e execução do Programa, podendo instituir grupos de trabalho, comissões, conselhos, comitês e firmar parcerias com outras secretarias e entidades da sociedade civil.*

### **Art. 5º.**

*As escolas da Rede Municipal deverão inserir, em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP), diretrizes específicas para implementação do Programa, contemplando:*

#### **I.**

*ações anuais de promoção da igualdade racial e enfrentamento à discriminação;*

#### **II.**

*estratégias pedagógicas para valorização da diversidade e fortalecimento da educação antirracista;*

#### **III.**

*acompanhamento de indicadores de vulnerabilidade socioeconômica, assegurando intervenções pedagógicas e sociais adequadas;*

#### **IV.**

*mecanismos internos de acolhimento, prevenção e encaminhamento de situações de discriminação racial ou exclusão social.*

#### **Art. 6º.**

*Os casos de discriminação racial ou práticas correlatas identificados nas unidades escolares serão formalmente registrados e encaminhados aos órgãos competentes, sem prejuízo das medidas internas de acolhimento, orientação e acompanhamento psicossocial previstas nesta Lei.*

#### **Art. 7º.**

*A Secretaria Municipal de Educação poderá editar normas complementares para regulamentação desta Lei, devendo estabelecer instrumentos de coleta de dados e indicadores que permitam avaliar:*

##### **I.**

*a efetividade das ações pedagógicas implementadas;*

##### **II.**

*a ocorrência de episódios de discriminação racial e social;*

##### **III.**

*o impacto das disparidades socioeconômicas na aprendizagem e permanência escolar;*

##### **IV.**

*o avanço na construção de um ambiente educacional equitativo, inclusivo e respeitoso.*

#### **Art. 8º.**

*As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.*

#### **Art. 9º.**

*Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*Registra-se e Publica-se*

***JULIANO DA CUNHA MIRANDA***

***Prefeito Municipal***

---

*Lei Ordinária Nº 2177/2025 - 22 de dezembro de 2025*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*